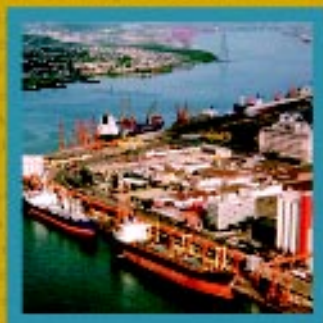


AÇÕES FEDERAIS

1995 - 2002



São Paulo





Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

Este mapa mostra os nove Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, identificados através de estudo realizado pelo BNDES e o Ministério do Planejamento, entre 1997 e 1999.

Cada Eixo representa um espaço geoeconômico que se define por uma série de fatores específicos, como vocações econômicas, necessidades de infra-estrutura, características ambientais, desafios sociais, oportunidades de crescimento.

Uma das metas do Estudo é a redução dos desequilíbrios regionais e sociais, através do planejamento indicativo, pelo qual o Governo pesquisa, aponta direções e prepara o caminho, estimulando a iniciativa privada a fazer acontecer. O próprio Governo realiza, diretamente ou em parcerias, os principais investimentos estruturantes, multiplicadores de

novas oportunidades de investimentos e negócios para o setor privado.

O Estudo dos Eixos examinou milhares de projetos de infra-estrutura econômica, desenvolvimento social, meio ambiente e informação e conhecimento, selecionando 952 projetos, entre os quais 494 de infra-estrutura. Esta foi a referência principal do Plano Plurianual 2000-2003.

Como mostra esta publicação, e as outras na mesma série, muito já foi feito, mas ainda há muito a fazer.

Para a construção de um País mais justo é essencial o empenho das diferentes esferas de governo, junto com os diferentes segmentos da sociedade, tendo como bússola uma visão maior que todos possam compartilhar.

Essa visão maior é o que os Eixos oferecem.

Descentralização e serviços avançados criam desafios complexos

O Estudo dos Eixos identifica o espaço geoeconômico que abrange as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro como uma rede integradora da atividade econômica no País. A Rede Sudeste articula a economia, presta serviços avançados e interage com todos os demais eixos, influenciando o seu desempenho. Responde por cerca de 70% do PIB industrial do País.

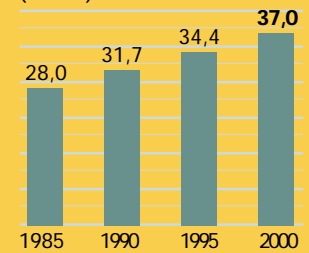
No entanto, São Paulo, tradicionalmente caracterizado como carro-chefe da vida econômica nacional, assiste hoje um saudável processo de descentralização industrial, que contribui para a redução das disparidades regionais, graças ao amadurecimento da economia brasileira.

As indústrias ainda têm força na região metropolitana, mas parte migrou para o interior, que se industrializa rapidamente, mas mantém uma agricultura moderna e competitiva. A capital é, cada vez mais, um pólo de serviços avançados.

A transformação não ocorre sem dificuldades. Trabalhadores precisam se requalificar, as cidades se readequar à nova realidade, a infra-estrutura deve ser modernizada, o que aliás beneficiará todo o País, para cujo desenvolvimento o dinamismo da economia de um estado com a posição estratégica de São Paulo é essencial. ■

São Paulo	Brasil
Área (mil km ²)	
248,2	2,9%
PIB 1999 (R\$ milhões)	
336.838	34,9%
População 2000	
37.032.403	21,9%
Densidade 2000 (hab/km ²)	
149,2	19,9
População urbana 2000	
78,7%	81,2%
Crescimento demográfico (1985-2000)	
32,1%	28,9%

População de São Paulo (milhões)



CONTÉÚDO

4 Avanços e desafios

Infra-estrutura e tecnologia avançam, programas sociais combatem desigualdades

6 Educação

Ensino público expande-se com melhores condições para alunos e professores

8 Saúde

Agentes comunitários de saúde atendem 6,5 milhões de paulistas em 406 cidades

10 Vida urbana

Demanda por obras e serviços públicos cresce com alto índice de urbanização

12 Vida rural

Produção agropecuária avança com crédito e tecnologia

14 Ambiente e turismo

Mais recursos e engajamento da sociedade viabilizam o crescimento sustentável

15 Criando emprego

Proger cria mais empregos e melhora a renda de trabalhadores paulistas

16 Proteção social

Programas de assistência social chegam a 585 municípios paulistas

18 Segurança

Programa de reestruturação penitenciária cria 14,2 mil novas vagas no estado

19 Modernização

Telefonia e pesquisa científica contribuem para o desenvolvimento do estado

20 Transporte

Obras fortalecem a integração regional e soluções multimodais para o transporte

22 Energia

A capacidade de geração elétrica paulista cresceu em 3 mil MW nos últimos anos

Infra-estrutura e tecnologia avançam, programas sociais combatem desigualdades

Em função de sua bem sucedida vocação industrial, o Estado de São Paulo tem sofrido, nas últimas décadas, o impacto de profundas transformações nos campos da organização econômica e social decorrentes da abertura econômica, da revolução tecnológica e da intensificação da concorrência, com exigências crescentes de inovação e competitividade e desdobramentos radicais nos processos produtivos.

Dinâmico e empreendedor, o setor produtivo do estado vem respondendo com sucesso a esses desafios que, na última década, resultaram numa grande reestruturação no seu parque produtivo. Muitas indústrias primárias migraram para outras regiões em busca de custos mais competitivos.

Ao mesmo tempo, os setores de tecnologia de ponta e o setor de serviços conquistaram mais espaço na disputada economia local. Empresas prestadoras de serviços já respondem por 55% do PIB paulista.

No mundo inteiro, mudanças não acontecem sem transtornos à comunidade. Em São

Paulo não é diferente. O desemprego estrutural, a queda nos níveis de qualidade de vida e a necessidade de uma rede de proteção social estão entre os principais desafios impostos ao estado. Parcerias entre os governos federal e estadual buscam criar melhores condições de vida e trabalho, oferecendo alternativas para a superação dessas dificuldades.

Investimentos sociais

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), por exemplo, cria e mantém novos postos de trabalho por meio da oferta de crédito e capacitação a pequenos empresários urbanos e rurais. Em São Paulo, entre 1995 e 2001, o Proger Urbano gerou 55 mil empregos diretos e 81,9 mil indiretos.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE), em 2001, propiciou o acesso ao mercado de trabalho a 158,2 mil paulistas. Programas de requalificação profissional atenderam 1,5 milhão de trabalhadores no estado.

As micro, pequenas e médias empresas, importantes geradoras de emprego, passaram

Saúde e educação melhoram, mas ainda há muito a fazer

São Paulo conseguiu melhorar as condições de saúde de sua população nos últimos anos, com reflexos para os mais carentes. Vários programas foram criados ou ampliados para reforçar a prevenção de doenças.

As equipes de Saúde da Família chegaram a 1,3 mil em 2001, atendendo 4,4 milhões de pessoas em 364 municípios paulistas. Através de visitas domiciliares, médicos, enfermeiras e agentes comunitários oferecem saúde preventiva a toda família.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde também ganhou



Visitas domiciliares diagnosticam e previnem doenças

reforço. Com 11,3 mil agentes no início de 2002, tornou-se possível atender 6,5 milhões de habitantes de 406 municípios paulistas. O Programa Toda Criança na Es-

cola garante vaga a quase todas as crianças com idade entre 7 e 14 anos de idade na rede de ensino paulista. Só em março de 2002, foram atendidas 598,5 mil crianças de 640 municípios no estado, com o Bolsa Escola.

Um desafio é zerar o analfabetismo entre maiores de 15 anos. O problema ainda atinge 6,6% da população do estado a partir dessa idade. É um índice menor do que a média brasileira, mas pode ser reduzido. Através do Programa Recomeço, jovens e adultos paulistas já estão matriculados na rede de ensino supletivo.

a contar com programas governamentais para concessão de crédito em condições especiais. Em São Paulo, o Banco do Brasil, um dos agentes do programa, emprestou R\$ 1,5 bilhão para 202,7 mil pequenos empresários dentro da iniciativa Brasil Empreendedor.

Os programas de assistência social do Governo Federal já chegam a 585 dos 645 municípios paulistas. Em 2001, o Programa de Atenção à Criança já oferecia creche, apoio social e psicológico para crianças de até seis anos em 533 destes municípios.

Em São Paulo, o conjunto de investimentos em habitação popular beneficiou 509 mil famílias, entre 1995 e 2001. No período, R\$ 1 bilhão foi investido para oferecer serviços de água e saneamento para 1,3 milhão de famílias paulistas e R\$ 116,4 milhões para melhorar a infra-estrutura urbana.

Passa por São Paulo boa parte do transporte de carga do País. O Governo Federal, em parceria com o paulista e a iniciativa privada, deu início a uma série de ações para promover e fortalecer soluções multimodais de transporte para eliminar gargalos e aumentar a competitividade da produção.

Bons exemplos disto são a conclusão da Hidrovia Tietê-Paraná, a duplicação das rodovias Fernão Dias e Régis Bittencourt e o



Com a eclusa de Jupiá, foram concluídas as obras da Hidrovia Tietê-Paraná



Financiamentos em condições favoráveis ampliam acesso à casa própria

Rodoanel Mário Covas que, quando totalmente concluído, retirará 42% do volume de carga que circula pela capital.

O acesso à telefonia fixa em São Paulo, evoluiu de 4,7 milhões em 1994 para 14,7 milhões em fevereiro de 2002. A maior disponibilidade de infra-estrutura em telecomunicações permitiu o incremento da internet.

Os investimentos em tecnologia também são vitais para a modernização do estado. O investimento em pesquisa ganhou impulso. Foram criados 14 Fundos Setoriais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com a previsão de destinar, só em 2002, R\$ 520 milhões para financiar pesquisas voltadas a produção.

O Fundo Setorial de Biotecnologia, por exemplo, deu suporte aos pesquisadores paulistas que realizaram o seqüenciamento genético da *Xyllela fastidiosa*, bactéria que ataca laranjais.

A estabilidade econômica propiciada pelo Plano Real, ao eliminar a alta desenfreada dos custos de produção, tornou possível o planejamento de longo prazo, essencial ao bom desempenho agropecuário e industrial, que geram emprego e bem-estar social. ■

Desafios	Exemplos de Ação
Reduzir o desemprego	1,5 milhão de trabalhadores requalificados
Reduzir a taxa de mortalidade infantil	1,3 mil equipes de Saúde da Família formadas até 2001
Ampliar o alcance do saneamento básico	1,3 milhão de famílias atendidas
Reduzir o déficit de moradias	Crédito para 509 mil famílias

Obs: de 1995 a 2001, quando não especificado no quadro

Ensino público expande-se com melhores condições para alunos e professores

O ensino fundamental destinado a crianças de 7 a 14 anos, vem registrando forte crescimento, principalmente entre as camadas mais pobres da população. Em São Paulo, o atendimento a crianças desta faixa etária aumentou de 96,9% em 1994 para 98,6% em 1999.

No País, a presença de crianças de 7 a 14 anos na escola cresceu de 89% em 1991, para 97% em 1999. A proporção de crianças de famílias pobres fora da escola recuou de uma em cada quatro, em 1992, para uma em 14, em 1999.

A melhoria da qualidade do ensino também faz parte da política do Governo Federal para o setor.

O Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) tornou-se o melhor instrumento para redistribuir, com justiça, os recursos da educação, proporcionalmente ao número de alunos das redes públicas de cada estado e seus municípios.

A vez dos jovens e adultos

A taxa de analfabetismo em São Paulo recuou de 10,2% em 1991 para 6,6% em 2000, entre a população com 15 anos ou mais. No Brasil, esse índice é de 13,6%.

O desafio de alfabetizar milhões de adultos é uma ação que o Governo Federal divide com estados e municípios. São 3,4 milhões de brasileiros, nesta faixa etária, matriculados na rede pública de ensino do País.

Em 2001 foram transferidos para os sistemas estaduais e municipais de ensino R\$ 190 milhões no âmbito do Recomeço – Programa Supletivo, para atender 830 mil alunos de municípios pobres. Além disso, prefeituras do Sul, Sudeste e Centro-Oeste recebeu R\$ 12 milhões para capacitar professores no uso dos Parâmetros Curriculares Nacionais.



ARQUIVOMP

Em São Paulo, 6,6 milhões de alunos recebem refeição diária nas escolas

Criado pelo Governo Federal em 1996, ele se apóia nos dados do censo escolar, promovido anualmente pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

A legislação do Fundef prevê também que, no mínimo, 60% dos recursos anuais creditados na conta do Fundo devem ser aplicados na remuneração do magistério, em efetivo exercício no ensino fundamental.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar beneficia com uma refeição diária, durante os 200 dias letivos, mais de 37 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental e pré-escolas. Em São Paulo, em 2000, o programa atendeu 6,6 milhões de alunos com o repasse de R\$ 141,6 milhões.

O acesso ao material escolar também é de importância vital para o aprendizado. O Programa Nacional do Livro Didático foi completamente reformulado, permitindo a ampliação do atendimento e uma melhor qualidade do material entregue antes do início do período letivo. Em 1996, foram distribuídos em São Paulo 12,9 milhões de livros. Em 2002, foram 21,2 milhões.

Bolsa escola

O Programa Bolsa Escola Federal, criado em 2001 pelo Ministério da Educação, também teve influência para a melhoria das condições de ensino. Todas as crianças entre 6 e 15 anos matriculadas no ensino funda-

ARQUIVOSCOM



mental, com frequência de 85% no trimestre e cujas famílias tenham renda *per capita* mensal de até R\$ 90,00, podem receber o benefício de R\$ 15,00 por mês, por aluno, limitado a R\$ 45,00 por família.

Em São Paulo, só em março de 2002, foram atendidas 598,5 mil crianças com o Bolsa Escola. Elas pertencem a 349 mil famílias, de 640 municípios. A meta nacional do Bolsa Escola é atingir 11 milhões de crianças até o final de 2002, com a aplicação de R\$ 2 bilhões.

O ensino médio também registrou forte expansão: as matrículas no País passaram de 4 milhões em 1994 para 8,4 milhões de alunos em 2001. O Projeto Escola Jovem, do Governo Federal, tem como meta criar 1,6 milhão de novas vagas até o final de 2002, além de assegurar a formação continuada de docentes com investimentos de US\$ 1 bilhão, 50% dos quais oriundos de financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

As escolas também estão sendo estimuladas a desenvolver ações de educação voltadas à realidade local, com o envolvimento da comunidade.

Ensino superior e pesquisa

A expansão do ensino superior foi retomada. Agregou-se um milhão de alunos entre

1994 e 2000 no Brasil, chegando a 2,7 milhões de matrículas em 2000. No período, as matrículas nas instituições federais cresceram 33%.

O Exame Nacional de Cursos, o Provão, permitiu a aferição da qualidade do ensino de graduação. Em 2002, ele chega a 329,7 mil formandos de 24 carreiras, representando 80% do total no País.

Os investimentos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) somaram R\$ 763,3 milhões em 2001. Em São Paulo foram aplicados R\$ 145,2 milhões, beneficiando pesquisas em setores diversos, como saúde, educação, agronegócio, genoma, meio ambiente e tecnologia da informação. ■



Novas escolas de Educação Profissional preparam os jovens para mercado de trabalho

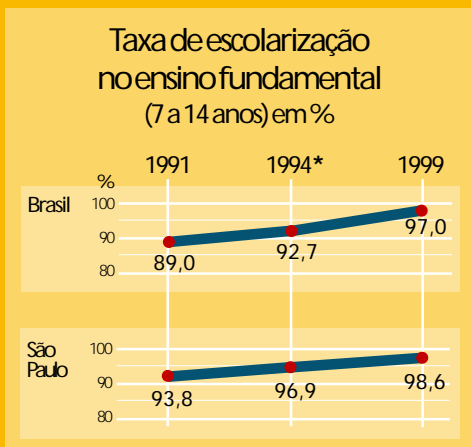
Formando profissionais

Desde 1997 o Ministério da Educação vem reformulando a Educação Profissional do País, sintonizando-a com as demandas locais do setor produtivo. Em âmbito nacional, foram criadas 23 novas escolas federais de educação tecnológica, chegando a 137 para atender 267,4 mil alunos. Em 1995, eram 89,7 mil.

Entre as novas unidades, estão as de Presidente Prudente, São José dos Campos, Indaiatuba, São Paulo e Mogi Guaçu. O Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza, inaugurado em 2000 em São José dos Campos, possui 844 alunos que estão se formando como técnicos em gestão empresarial, gestão hoteleira, mecânica de aeronaves, eletrônica, informática, química industrial, enfermagem, telecomunicações e comércio exterior.

A Embraer, com sede na cidade, é uma das interessadas em absorver os novos profissionais.

Evolução do ensino fundamental



Fontes: MEC/INEP/SEEC; população com base nos censos e PNADs do IBGE/** Taxas estimadas, por não haver a PNAD neste ano

Agentes comunitários de saúde atendem 6,5 milhões de paulistas em 406 cidades

As condições de saúde da população brasileira melhoraram. A mortalidade infantil, que era de 45,3 óbitos por mil nascidos vivos em 1991, caiu para 29,6 por mil, em 2000. No Sudeste, o índice chegou a um número ainda inferior: 20,6 por mil nascidos. A expectativa de vida aumentou 2,6 anos na última década, chegando a 68,6 anos.

Ao mesmo tempo em que indicam um avanço, esses números também revelam que a sociedade brasileira ainda pode evoluir nessa área. O Governo Federal tem trabalhado para isso. A ação mais significativa veio com a mudança do enfoque no atendimento, para a saúde preventiva.

O Governo Federal mudou o enfoque na área de saúde, priorizando a prevenção. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi reestruturado, mudando a distribuição de recursos, que passaram a ser destinados aos

municípios, de acordo com informações demográficas.

Estados e municípios gerenciam as verbas destinadas às suas regiões, sendo estimulados a atuar na prevenção de doenças. Parte de suas receitas foi vinculada a gastos com saúde.

Além disso, vários programas foram criados ou ampliados para reforçar a prevenção de doenças. Em São Paulo, o número de equipes de Saúde da Família chegou a 1,3 mil em 2001, atingindo 4,4 milhões de pessoas em 364 municípios paulistas. Realizando visitas domiciliares, médicos, enfermeiras e agentes comunitários atendem toda família, atuando preventivamente. No País, são 13,7 mil equipes, atendendo 47,1 milhões de brasileiros.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde também foi reforçado. Em 2001, havia 155 mil agentes, em nível nacional. Em São

Recursos para os hospitais

Implantado em 1995, o programa Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus) visa melhorar e ampliar a infra-estrutura hospitalar e ambulatorial do País. Para tanto, conta com recursos federais e de financiamento contratado pela União junto aos Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para São Paulo, R\$ 129,5 milhões foram repassados com esse intuito.

O Hospital Geral de Itapevi, construído pelo governo paulista, foi reequipado com R\$ 8,5 milhões do Reforsus. O hospital conta com 240 leitos de clínica médica e 30 de UTI. Tem capacidade para realizar 865 internações por mês, 920 cirurgias e 37,4 mil exames, atendendo 520 mil habitantes da região.

O Hospital Municipal e Universitário de São Bernardo do Campo também recebeu R\$ 10 milhões do Reforsus,

para a compra de equipamentos. É o único hospital público do município e precisava passar por uma modernização para continuar realizando 11 mil consultas e 6,8 mil exames mensais.

DIVULGAÇÃO OSCAR JURIRACY



São Bernardo: reequipado, hospital oferece 11 mil consultas e 6,8 mil exames mensais

Desnutrição menor em Presidente Prudente

Os programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde chegaram a Presidente Prudente em 1996, quando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apontavam a região do Pontal do Paranapanema, onde se situa o município, como a segunda mais pobre do estado.

A atuação das 88 equipes do programa Saúde da Família nos 42 municípios da região deu resultado. Hoje, as crianças e gestantes, em sua maioria, são acompanhadas por médicos e agentes comunitários, e participam das campanhas de vacinação. Em 2002, o índice de desnutrição infantil ficou em 2,3%, contra a média brasileira de 12%.

Paulo o número chegou a 11,3 mil no início de 2002 para atender 6,5 milhões de habitantes de 406 municípios paulistas.

O Programa Bolsa-Alimentação foi lançado no final de 2001 para diminuir as carências nutricionais de crianças de até seis anos, gestantes e mães que estejam amamentando, através da concessão de R\$ 15,00 mensais. A pessoa deve pertencer a famílias com renda mensal inferior a meio salário-mínimo.

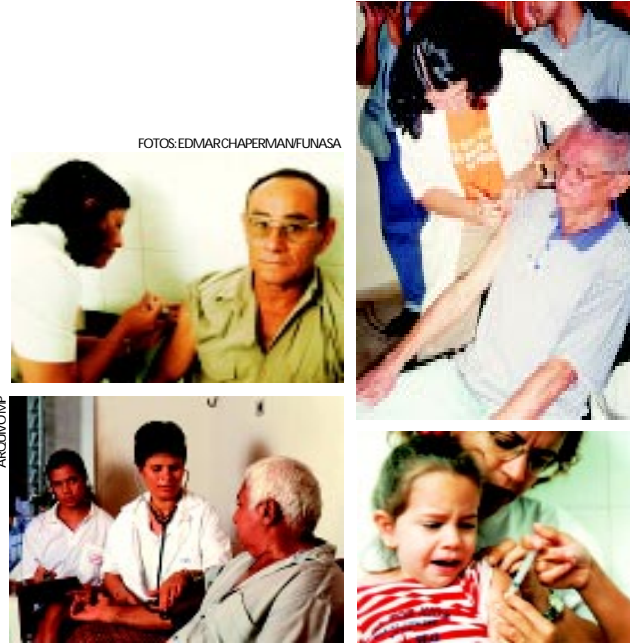
Para receber o benefício, os municípios têm de cadastrar estas famílias e assinar um termo de adesão ao programa. Até março de 2002, 2,5 mil municípios já haviam aderido ao programa.

Campanhas de saúde

Campanhas e mutirões são estratégias importantes na área de saúde.

Em 1999, o Ministério da Saúde lançou a Campanha Nacional de Cirurgias Eletivas. Um exemplo é o Mutirão de Catarata, promovido em todo o País para acabar com a lista de espera para esta cirurgia, que chegava a 600 mil pessoas em 1998. Em São Paulo, chegou-se a 58,8 mil cirurgias em 2001, um aumento de 69,43 % em relação ao número de pessoas operadas pelo SUS em 1997.

No Mutirão de Varizes, também houve uma expressiva evolução. Em 2001, 11,8 mil pessoas fizeram a operação para o tratamento



FOTOS: EDMAR CHAPERMAN/FUNASA

ARQUIVONP

de varizes em São Paulo através do mutirão, ou seja, mais que o dobro dos atendimentos realizados pelo SUS, em 1997. Somam-se a isto 5 mil operações de próstata em 2001 no estado.

A Campanha Nacional de Detecção de Diabetes examinou 72% dos brasileiros acima de 40 anos (20,8 milhões de pessoas) em 2001. Em São Paulo, 3,4 milhões fizeram o teste. Deste total, 605,4 mil pessoas foram encaminhadas para novos exames e para o tratamento, quando necessário.

A Campanha de Vacinação do Idoso, organizada pela Fundação Nacional da Saúde em parceria com estados e municípios, alcançou 74,4% dos paulistas com idade a partir dos 60 anos.

Doença muitas vezes curável se detectada precocemente, o câncer tem sido objeto de ações coordenadas pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), que vão de campanhas educativas ao tratamento. No estado, 50 estabelecimentos de saúde possuem sistema de dados nesta área, o maior número do País.

Uma ação do Ministério da Saúde que ganhou destaque internacional é a prevenção e a assistência aos portadores do vírus da Aids. O Brasil é um dos poucos países a garantir tratamento gratuito e assistência aos portadores do vírus. De 1995 a 1999, o número de óbitos por Aids diminuiu 50% no País. ■

Demanda por obras e serviços públicos cresce com alto índice de urbanização

Nas últimas décadas, o Brasil passou por um forte processo de urbanização. São Paulo, destino de migrantes de todas regiões do País, é o exemplo mais acabado desta realidade. Hoje, vivem nas cidades 93,4% da população do estado.

Esse movimento não ocorre sem problemas. A Fundação João Pinheiro estima que há um déficit habitacional de 1,1 milhão de moradias urbanas no estado, sendo 596 mil apenas na região metropolitana.

O crescimento urbano exige investimentos na construção de habitações, em saneamento e infra-estrutura, com a oferta de equipamentos e serviços à comunidade, como postos de saúde e quadras esportivas.

Em 1995, as diretrizes para investimentos públicos em habitação popular foram reformuladas, buscando atender ao conjunto de necessidades da população. Na área de construção e reforma de moradias, foi criado naquele ano o Programa Carta de Crédito, que trocou o tradicional financiamento ao construtor, pelo crédito direto ao cidadão.

Usando recursos do FGTS, o programa oferece financiamento a famílias de baixa renda, com taxas de juros inferiores às do mercado, para construir, comprar ou reformar imóveis. O Programa Minha Casa, criado em 1999, oferece às famílias com rendimento mensal de até 6 salários-mínimos arrendamento residencial, com opção futura de compra.

O Governo Federal, em parcerias com prefeituras e governos estaduais, apóia e estimula a produção de novas habitações de baixo custo e a melhoria das unidades existentes. Em São Paulo, entre 1995 e



ARQUIVOMRE

Concentração urbana: 93,4% da população do estado vivendo em cidades

2001, os investimentos em habitação somaram R\$ 9,2 bilhões, beneficiando 509 mil famílias.

Habitação, saneamento, infra-estrutura urbana

Famílias beneficiadas (em mil)

1995	17,2
1996	454,5
1997	646,0
1998	339,7
1999	129,6
2000	156,7
2001	109,3
Total	1.853,0

Fonte: SEDU

Saneamento

Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do IBGE, revelam a ampliação nos serviços de água e esgoto: em 2000, 97,9% dos municípios brasileiros contavam com o abastecimento de água, contra 95,6% em 1989. De 47,3% de municípios com coleta de esgoto em 1989, chegou-se a 52,2% com esse serviço em 2000.

Pela Constituição brasileira, a responsabilidade pelos serviços de saneamento é dividida entre municípios e estados. Mas melhorias

Recursos para cultura cresceram 69%

Os recursos canalizados para a cultura no País aumentaram 69% de 1996 para 2001. O aperfeiçoamento das leis de incentivo à cultura permitiu que a captação de recursos privados subisse de R\$ 170 milhões para R\$ 318 milhões no período. Ao todo, 9,7 mil projetos foram beneficiados.

O cinema nacional ganhou novo fôlego. Foram lançados 24 filmes em 2000, um número superior ao total do período 1991/94.

Na restauração e preservação do Patrimônio Cultural de São Paulo, foram investidos R\$ 15 milhões. A Pinacoteca do Estado, o Museu



DIVULGAÇÃO/MAM

Museu de Arte Moderna: um patrimônio de São Paulo

de Arte Moderna e a Cinemateca Brasileira na capital paulista foram beneficiados. A região da Luz, no centro da cidade, agora é Patrimônio Nacional.

Foram implantadas 79 bibliotecas públicas em municípios como Adamantina, São Carlos e Capela

do Alto, assim como 112 bandas de música de diferentes localidades receberam apoio, inclusive com a doação de instrumentos musicais.

A implantação e modernização de espaços culturais no estado receberam R\$ 39,9 milhões no período. Na capital paulista, o antigo prédio do DOPS foi transformado na Escola Superior de Música do Estado de São Paulo. E o espaço cultural "Pavilhão Lucas Nogueira Garcez", situado no Parque Ibirapuera, ganhou melhorias em 2000, para receber a "Mostra do Redescobrimento".

no saneamento básico são atribuições comuns a todas as esferas.

Dois programas do Governo Federal – Pró-Saneamento (até 1999) e Saneamento é Vida – investiram, entre 1996 e 2001, R\$ 1 bilhão, para oferecer serviços de água e saneamento para 1,3 milhão de famílias paulistas.

Além disso, o Programa Saneamento Básico, do Ministério da Saúde, investiu R\$ 2,7 bilhões entre 1995 e 2001, em áreas endêmicas e municípios de até 30 mil habitantes em todo o País. O Governo Federal também apóia estados e municípios na

adequação e complementação de sua infraestrutura urbana, por meio do Programa Infra-Estrutura Urbana. No mesmo período, foram investidos R\$ 116,4 milhões em São Paulo, beneficiando 80,8 mil famílias.

As obras realizadas pelos programas de habitação, saneamento e infraestrutura no estado resultaram na geração de mais de um milhão de empregos diretos. ■



ARQUIVO SEDU

Programa Minha Casa: arrendamento residencial com opção futura de compra

Vida nova no Dique do Sambaia

A vida melhorou, e muito, para as 1,2 mil famílias da favela Dique do Sambaia, em São Vicente. Uma série de obras, iniciadas em junho de 2001, urbanizou a vila e promoveu a recuperação ambiental da área. Com a participação da comunidade, guias, sarjetas, pavimentação, redes de água e esgoto chegaram ao local.

Isso foi possível por meio do Programa Habitar-Brasil, que tem como objetivo transformar favelas em bairros. No Dique do Sambaia, o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investiram R\$ 7,2 milhões. A contrapartida local foi de R\$ 1,8 milhão.

Produção agropecuária avança com crédito e tecnologia

A produção agropecuária brasileira registrou um importante avanço nos últimos anos. A safra de grãos 1993/94, a última antes do Plano Real, foi de 77 milhões de toneladas, evoluindo para 100 milhões de toneladas na safra 2001/02.

A produção de carnes (bovina, suína e de aves) passou de 9,8 milhões de toneladas em 1994 para 15 milhões em 2001. A balança comercial do agronegócio apresentou um superávit de US\$ 19 bilhões em 2001.

São Paulo é responsável por um terço do PIB agroindustrial do País. A produção de grãos do estado passou de 5,4 milhões de toneladas na safra 1995/96 para 6,6 milhões em 2001/02.

Pronaf libera R\$ 288 milhões ao estado

A agricultura familiar, responsável por 35% da produção agrícola nacional e por 25% das terras cultivadas do País, conta, desde 1995, com um programa federal de apoio tecnológico e crédito em condições favorecidas, com juros fixos de 4% ao ano. É o Pronaf Planta Brasil (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Até 2001, foram realizados em São Paulo 59,4 mil contratos de crédito, com a liberação de R\$ 288 milhões. No período, 70,9 mil famílias paulistas foram assistidas por programas de capacitação técnica.

No País, o Pronaf realizou 4,2 milhões de operações de crédito, com a aplicação de mais de R\$ 10 bilhões até 2001. As ações de capacitação técnica atenderam mais de um milhão de famílias no período. Apenas em 2001, 1,2 mil municípios brasileiros receberam R\$ 170,3 milhões em recursos do programa para investimentos em infra-estrutura rural.

Em São Paulo, foram 40 municípios atendidos, beneficiando 28,5 mil famílias, com investimentos de R\$ 2,1 milhões.

ARQUIVOMAPA



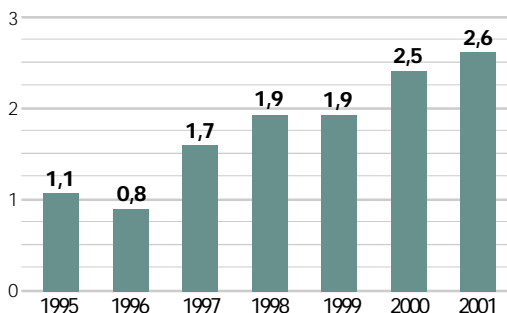
Rebanho bovino: 12,9 milhões de cabeças no Estado de São Paulo

O estado produz 80% da laranja para a indústria e está entre os maiores produtores de soja, cana-de-açúcar e café. Além disso, cultiva 25% dos legumes nacionais e possui um rebanho bovino de 12,9 milhões de cabeças. A produção estadual de carne de frango saltou de 528,7 mil toneladas em 1994 para um milhão de toneladas em 2000.

A evolução do agronegócio foi decorrência de dois fatores principais: crédito agrícola e evolução tecnológica. Os recursos para financiamento da produção de grãos em São Paulo saltaram de R\$ 1 bilhão em 1995/96 para R\$ 2,6 bilhões na safra 2001/02. E os juros foram decrescentes. Na agricultura comercial, a taxa caiu de 37% ao ano na safra 1994/95 para 8,7% na safra 2001/02.

Crédito aos agricultores de SP

(R\$ bilhão)



Fonte: MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O governo também refinanciou e securitizou as dívidas rurais. Foram alongadas obrigações no valor de R\$ 7 bilhões, beneficiando 701 mil mutuários no País com dívidas de até R\$ 200 mil.

Pesquisa e tecnologia

Entre 1998 e 2001, a produção brasileira de grãos aumentou 28,8%, enquanto o crescimento da área plantada foi de apenas 9%. A diferença encontra-se essencialmente relacionada com os ganhos de produtividade. As pesquisas desenvolvidas pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) contribuíram significativamente para isso.

O aporte de recursos destinado à Embrapa aumentou. As despesas da empresa em São Paulo saíram de R\$ 24,1 milhões em 1995 para R\$ 32,9 milhões em 2001. Nacionalmente, a Embrapa, no período, teve um papel fundamental no desenvolvimento de aproximadamente 7 mil novas tecnologias, produtos e processos destinados a proporcionar maior competitividade para o agronegócio. A empresa gerou 737 cultivares e 13 raças animais.

Em 2001, foi lançada ao mercado a primeira cultivar brasileira de algodão com fibras geneticamente coloridas. Resultado de melhoramento genético tradicional, despertou grande interesse da indústria têxtil. O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, iniciado em 1998, contabiliza 306 projetos em andamento, com soluções novas para os mais variados problemas, da secagem do café ao combate a pragas.

Na pecuária, pesquisas relacionadas à alimentação, sanidade e reprodução animal obtiveram resultados significativos nos últimos anos. No período de 1995 a 2000, a produção de leite cresceu 9% por vaca, o desfrute de carne bovina subiu 9% e de carne suína 38%. A clonagem animal também se tornou realidade em 2002 no Brasil, com o nascimento do bezerro Marcolino.

A segurança fitossanitária dos produtos de origem animal passou a ser uma preocupação crescente, tanto para atender às exigências dos consumidores brasileiros, como dos países importadores que podem criar barreiras à



ARGLINOMAPA

Embrapa: 737 novos cultivares para melhorar a produtividade na agricultura

importação de carne, com alegações sanitárias. Em 1995, foram registrados 589 focos de febre aftosa no Brasil. Esse número recuou para 37 em 2001. Para alcançar esse resultado, pecuaristas e os governos federal e estaduais investiram pesados nos últimos dez anos: US\$ 1,3 bilhão. São Paulo conseguiu a condição de região livre de aftosa e livre de peste suína com a vacinação. Em 1998, o estado, com apoio do Ministério da Agricultura, erradicou o cancro cítrico, praga que danificava sua plantação de laranjas. ■

Reforma agrária beneficia 6 mil famílias

A reforma agrária avançou em São Paulo. Entre 1995 e 2001, o governo paulista, com apoio do Governo Federal, assentou 6,1 mil famílias. No início de 2002, a União assinou convênio com o estado prevendo o repasse de R\$ 29,5 milhões, para assentar mil famílias em 20 mil hectares no Pontal do Paranapanema.

Desde 1988, quando foi criado, até fevereiro de 2002, o Banco da Terra, cujo objetivo é tornar a reforma agrária mais rápida e barata, beneficiou cerca de 1,3 mil famílias paulistas, que optaram por adquirir suas próprias terras, num total de 9,3 mil hectares. Entre recursos para a compra do imóvel rural e investimentos em infra-estrutura, elas receberam R\$ 38,6 milhões.

Entre 1995 e 2001, 565 mil famílias foram assentadas em cerca de 19 milhões de hectares de terras. Nos trinta anos anteriores, entre 1965 e 1995, foram assentadas 218 mil famílias.

Mais recursos e engajamento da sociedade viabilizam o crescimento sustentável

Nos últimos anos, houve uma ampliação dos investimentos federais na área do meio ambiente. Entre 1994 e 2002, os recursos alocados para programas do setor passaram de R\$ 286 milhões para R\$ 1,6 bilhão.

O enfoque também foi renovado, priorizando-se o manejo sustentável das reservas ecológicas brasileiras, para garantir melhorias em ecossistemas degradados e estimular a exploração econômica, desde que com conservação ambiental. É o caso do ecoturismo em áreas protegidas.

Em São Paulo, uma das áreas priorizadas foi a Mata Atlântica. Presente em 17,3 mil km² do estado, ela mereceu o título de Reserva da Biosfera, concedido pela Unesco. Como parte dos esforços para reverter a devastação, promoveram-se pesquisas científicas e o turismo responsável. Por exemplo, no Parque Turístico do Alto Ribeira (Petar) a comunidade local foi capacitada para receber turistas e guiá-los nas cavernas.

Aos órgãos estaduais de fiscalização florestal foram repassados recursos para investir em equipamentos e treinamento. Com isso, áreas de visitação pública ganharam melhorias na infra-estrutura e ações de

educação ambiental. O gerenciamento da zona costeira paulista também ganhou espaço. O processo de ocupação desenfreada, nas últimas décadas, gerou problemas ambientais. A parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo Estadual permitiu elaborar instrumentos de zoneamento e desenvolver planos de saneamento e gestão ambiental em praticamente todo o litoral paulista. ■

CHRISTIANO DIEHL/ PREFEITURA DE PIRACICABA



Despoluição dos rios: prioridade na agenda ambiental

Uma nova política para os recursos hídricos

O apoio do Ministério do Meio Ambiente a programas de desenvolvimento sustentável permitiu a implantação de atividades econômicas ambientalmente amigáveis. Cinco municípios do Vale do Ribeira uniram o fomento da piscicultura com a recuperação das várzeas e da biodiversidade fluvial.

Na região de Piracicaba – pioneira no estado pela formação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá –, 12

municípios também conciliaram a proteção dos mananciais de abastecimento com a piscicultura.

Já os municípios abrangidos pela Bacia do rio Paraíba do Sul, no Vale do Paraíba, participam de uma iniciativa pioneira no País: a cobrança pelo uso da água. Prevista na Lei 9433/97, que estabeleceu a Política Nacional dos Recursos Hídricos, este novo procedimento prevê que os valores arrecadados voltarão para a própria região, ser-

vido a ações definidas pelo Comitê da Bacia, que conta com representantes do governo e sociedade civil, inclusive dos usuários da água.

A taxa será de R\$0,02 por metro cúbico (mil litros) de água captada e devolvida suja e de R\$0,008 por metro cúbico de água devolvida limpa. Nos 188 municípios paulistas, cariocas e mineiros abrangidos por esta bacia, vivem cerca de 4,8 milhões de habitantes.

Proger cria mais empregos e melhora a renda de trabalhadores paulistas

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), do Ministério do Trabalho e Emprego, foi criado para ampliar a oferta de trabalho no País, por meio da oferta de crédito e capacitação a pequenos empresários urbanos e rurais.

Em São Paulo, o Proger Urbano realizou 23 mil operações entre 1995 e 2001, gerando 136,9 mil empregos diretos e indiretos, com a aplicação de R\$ 293,9 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Também custeado pelo FAT, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) funciona como um serviço de recolocação de mão-de-obra. Em 2001, ajudou a inserir no mercado de trabalho 745 mil pessoas, sendo 158,2 mil só em São Paulo.

A participação do SINE nas oportunidades de emprego no mercado formal de trabalho passou de 1,6% em 1995, para 7% em 2001. No período, 437 mil paulistas conseguiram emprego através do programa.

Qualificação do trabalhador

Com os avanços tecnológicos, a requalificação profissional tornou-se essencial para quem busca uma vaga no mercado de trabalho. O Governo Federal criou em 1995 o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor). Financiado pelo FAT e gerido em parceria com estados, municípios, entidades patronais e sindicais, o programa treinou

DIVULGAÇÃO



Oferta de crédito e capacitação garantem nova vida a pequenos empresários

1,5 milhão de trabalhadores em São Paulo, de 1995 a 2001.

O Proemprego (Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador) financia setores que, além do forte potencial de geração de empregos, tenham impacto na melhoria da qualidade de vida do trabalhador, como saneamento ambiental e saúde. Entre 1996 e 2001, foram repassados R\$ 3,4 bilhões a São Paulo para o programa. ■

A importância das empresas menores

As micro, pequenas e médias empresas respondem por 4 entre 10 postos industriais no País e por 6 em cada 10 vagas no comércio. Importantes geradoras de emprego, elas contam com programas governamentais para concessão de crédito em condições especiais.

É o caso do Brasil Empreendedor, sistema de gerenciamento sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, que integra ações de diversos órgãos do Governo Federal, com destaque para o programa Desenvolvimento de Micro Pequenas e Médias Empresas, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Somando a concessão de crédito com a capacitação gerencial e assistência técnica, o Brasil Empreendedor capacitou 5,7 milhões de empreendedores e mobilizou R\$ 23 bilhões em operações de crédito, até 2001. Em São Paulo, o Banco do Brasil, um dos agentes do programa, entre 1999 e 2001, emprestou R\$ 1,5 bilhão para 202,7 mil empreendedores.

Outra iniciativa, a *BrazilTradeNet* permite que empresas divulguem gratuitamente seus produtos no exterior. A paulista *Bootstrap*, especializada em *software*, fechou contratos com Egito, Itália, Espanha e Japão. O Programa Jovem Empreendedor atende pessoas de 18 a 29 anos que queiram abrir seu próprio negócio.

Programas de assistência social chegam a 585 municípios paulistas

Os programas de assistência social do Governo Federal já chegam a 585 dos 645 municípios paulistas, ou seja, 90,7 % do total. Em 1999, apenas 58% dos municípios paulistas estavam engajados nos programas nacionais de combate à pobreza e à exclusão social.

ARQUIVOMET



Jornada integral na escola traz o esporte para a vida dos alunos

O PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) proporciona uma bolsa mensal de R\$ 40, se a família viver na cidade, ou R\$ 25 se for na área rural, para que as mães mantenham na escola crianças que antes trabalhavam em situações inadequadas para a idade.

As prefeituras também recebem apoio federal: R\$ 10 na cidade e R\$ 20 no campo, para ofertar a jornada escolar integral. No início de 2002, o PETI alcançava 157 municípios paulistas, beneficiando mais de 29 mil crianças, sendo 26 mil em regiões urbanas, com investimento mensal de R\$ 1,4 milhão.

Além disso, famílias atendidas pelo PETI são integradas ao Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza (Pronager), que financia a formação de microempresas, cooperativas e associações de produção. Em 2001, foram repassados R\$ 617,6 mil para o atendimento de 1,8 mil famílias de 6 municípios.

O Programa de Atenção à Criança, que oferece creche, apoio social e psicológico para crianças até seis anos, encontra-se em 533 municípios paulistas, atendendo 110 mil crianças, com investimento mensal, em 2002, de R\$ 1,7 milhão. A Rede Abrigo atende outras 5,5 mil crianças que, por força de decisão judicial ou por não terem família, precisam ser alojadas em instituições especializadas. Para isso, o repasse mensal ao estado é de R\$ 193,3 mil.

Os idosos acima de 67 anos e portadores de deficiências, de famílias carentes, com renda *per capita* de até um quarto do salário-mínimo, recebem o Benefício de Prestação Continuada, equivalente a um salário-mínimo. Em São Paulo são beneficiados 100,5 mil portadores de deficiência e 94,1 mil idosos, com investimento mensal de R\$ 35 milhões.

Adicionalmente, através dos programas de Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa Portadora de Deficiência, 16,7 mil idosos e

Sociedade civil monitora os programas

Desde 1995, a aplicação de uma parte significativa dos recursos dos programas de assistência social do Governo Federal é acompanhada pela sociedade civil, que participa da implementação das ações por meio de conselhos setoriais, nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal.

São programas nas áreas de saúde, educação, cultura, trabalho, previdência social e agricultura. Também, a informação sobre a liberação de recursos tornou-se mais transparente, permitindo maior visibilidade, sobretudo, em relação à aplicação dos recursos financeiros e atividades realizadas.



Comunidade ativa: a população define prioridades e caminhos para combater carências

29,3 mil portadores de deficiência recebem assistência especializada no território paulista. Os recursos federais para este fim foram, em 2001, de R\$ 22 milhões.

O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que capacita jovens carentes com idade entre 15 e 17 anos para o trabalho comunitário, está presente em 130 municípios do estado. No início de 2002, eram 9 mil jovens paulistas inscritos no programa, cada um recebendo bolsa mensal de R\$ 65,00.

Comunidade Ativa

O Programa Comunidade Ativa, lançado em 1999 pelo Governo Federal, aposta na promoção do Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS), para reformular a realidade dos municípios carentes.

As prioridades e ações são definidas pela população local, organizadas em um Fórum do DLIS. O Fórum, composto por lideranças

Uma sentinela contra abusos sexuais

Em Santos, um grupo de 20 pessoas, formado por psicólogos, assistentes sociais, educadores, instrutores de arte e um advogado, abriu novas perspectivas de futuro para jovens que foram vítimas de abuso sexual.

O grupo ocupa, desde o final de 2001, uma casa na região do cais, onde até recentemente funcionava um prostíbulo. Divididos em turmas que se revezam durante as 24 horas do dia, oferece terapia, orientação social e profissional aos jovens. Uma sala foi transformada em oficina de artesanato, para os jovens trabalharem com pintura em tecido e objetos de decoração, proporcionando-lhes uma pequena renda com a venda dos produtos artesanais.

A casa, na verdade, é um centro de referência do Programa Sentinela, que tem o objetivo de combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e oferecer assistência social aos menores.

Em São Paulo, o programa conta com 17 centros com capacidade para atender 2,2 mil jovens. O centro de referência de Santos foi o primeiro a entrar em operação no estado. Resulta de uma parceria entre o Governo Federal, a prefeitura de Santos e a Associação Santista de Pesquisa, Prevenção e Educação.

municipais, identifica demandas e potencialidades da região e define quais programas atenderão essas necessidades, sejam eles dos governos federal, estadual ou municipal, ou de entidades não-governamentais. Em São Paulo, no início de 2002, já havia 48 municípios integrados ao programa, onde vivem 658 mil pessoas.

O Programa Esporte Solidário, coordenado pelo Ministério do Esporte e Turismo, volta-se a crianças de 7 a 14 anos que vivem em regiões carentes. Aliando as práticas esportivas com reforço escolar, em 2001 ele já beneficiava 6,1 mil crianças só no território paulista. No País, ele chega a 25 estados brasileiros, beneficiando mais de 206,5 mil crianças. ■

Programa de reestruturação penitenciária cria 14,2 mil novas vagas no estado

Um dos grandes desafios públicos na área de segurança é a superlotação das penitenciárias. Para enfrentar o problema, o Governo Federal criou o Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário. Em parceria com estados e entidades da sociedade civil, foram criadas 43,8 mil vagas no País, entre 1995 e 2001.

Em São Paulo, o aporte de recursos federais somou R\$ 213,7 milhões no período, colaborando para a criação de 14,2 mil novas vagas no sistema carcerário do estado.

O Governo Federal estabeleceu também o Programa Segurança do Cidadão, que visa reaparelhar e treinar as polícias estaduais, além da implantação de polícias comunitárias. No estado, R\$ 74,8 milhões serviram à melhoria das instalações policiais, aquisição de armamentos, viaturas e equipamentos no biênio 2000/01.

No estado, também é mantido o Programa Estadual de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Implantado com apoio do Governo Federal, ele atendeu 135 testemunhas, vítimas e seus familiares, que precisavam de proteção.

Essas ações contribuíram para uma redução no índice proporcional de homicídios. Em 1997, foram registrados 25,4 homicídios para cada cem mil habitantes, índice que foi reduzido para 23,5 em 2000, uma queda de cerca de 8%.

Paz nas escolas

O crescimento da violência nas instituições educacionais também se tornou objeto de atenção por parte do Governo Federal. O Programa Paz nas Escolas capacita policiais e educadores para prevenirem a violência nesses ambientes, além de apoiar a implantação e realização de projetos de entidades não-governamentais nesta área.

A abertura para as iniciativas da sociedade revelou grande número de experiências enriquecendo o leque de vivências para



ARQUIVOMI

Combate à violência:
R\$ 74 milhões para reequipar a polícia no estado

combater o problema. Em São Paulo, foram aplicados R\$ 447,6 mil, entre 1995 e 2001, em 3 projetos, atingindo municípios como a capital, Campinas, Rio Claro e Mococa.

Para instrumentalizar os conselhos tutelares da infância e adolescência, foi implantado o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia). Cerca de R\$ 186,9 mil foram investidos, em São Paulo, para este fim. ■

Trabalho e liberdade

O Pintando a Liberdade é um projeto desenvolvido pelo Ministério do Esporte e Turismo em penitenciárias e casas de detenção, onde são instaladas oficinas para confecção de material esportivo. O projeto atende 4,6 milhões de jovens carentes, com a distribuição do material esportivo produzido e custos 35% inferiores aos de mercado, oferecendo ocupação a cerca de 9,5 mil internos, aproximadamente 8,5% de toda a população carcerária brasileira. Em São Paulo (Franco da Rocha) e em Feira de Santana (BA), funcionam as duas unidades que trabalham com menores infratores.



ARQUIVOMI

Telefonia e pesquisa científica contribuem para o desenvolvimento do estado

Com a privatização do sistema Telebrás em 1998, o acesso à telefonia, fator básico de modernização, expandiu-se fortemente no País. Em São Paulo, o número de acessos à telefonia fixa evoluiu de 4,7 milhões em 1994 para 14,7 milhões, em fevereiro de 2002. E o número de telefones públicos no estado passou de 122,5 mil para 348,2 mil aparelhos.

O maior avanço foi na telefonia celular: a quantidade de aparelhos em uso cresceu de 262,7 mil em 1994, para mais de 8,2 milhões em 2002.

A maior disponibilidade de infra-estrutura em telecomunicações permitiu o incremento da internet no País. O total de brasileiros com acesso à rede mundial de computadores saltou de 170 mil em 1996 para 12 milhões em 2001.

Hoje, o Brasil também está presente na Internet II, uma rede de comunicação em alta velocidade voltada à conexão de universidades e centros de pesquisas no mundo inteiro. Treze instituições paulistas já fazem parte desta rede.

Tecnologia para a produção

O investimento em ciência e tecnologia também ganhou impulso nos últimos anos. Foram criados 14 Fundos Setoriais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no âmbito do Ministério da Ciência e da Tecnologia. Esses fundos contam com recursos originados das concessionárias de serviços públicos e das empresas que fazem remessas ao exterior.

Em 2002, eles somam R\$ 520 milhões, para financiar pesquisas em áreas diversas, como saúde, infra-estrutura, agricultura, energia, mineração e recursos hídricos.

O Fundo Setorial de Biotecnologia dá suporte à pesquisa brasileira de seqüenciamento genético, área em que o País encontra-se na vanguarda. Os pesquisadores brasileiros concluíram o seqüenciamento do

DELFINO MARTINS E CTEEP/BCP TELECOMUNICAÇÕES



Desenvolvimento tecnológico: um instrumento para a modernização e a expansão econômica

genoma da *Xylella fastidiosa*, bactéria que ataca laranjais, causando mais de R\$ 200 milhões de prejuízos anuais ao País.

Em 2001, foi concluído o seqüenciamento genético da bactéria *Chromobacterium violaceum*, que pode combater doenças como o Mal de Chagas e a *Leishmaniose*, controlar pragas agrícolas e ser utilizada para produzir plásticos biodegradáveis.

O Programa Institutos do Milênio reúne, em uma rede virtual, 350 pesquisadores em 17 institutos de sete estados brasileiros. O objetivo é realizar pesquisas que levem ao desenvolvimento ou apontem caminhos para solucionar questões sociais. O programa prevê investimentos de R\$ 90 milhões até 2005. Em São Paulo, a USP de São Carlos coordena os projetos que visam soluções tecnológicas voltadas para questões da produção industrial. ■

Obras fortalecem a integração regional e soluções multimodais para o transporte

No início dos anos 90, a infra-estrutura do setor de transportes sofria com a falta de investimentos em todo o território nacional. A partir de 1994, o Governo Federal, em parceria com governos estaduais, municipais e a iniciativa privada, deu início a uma série de ações envolvendo a construção ou reforma de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Os investimentos foram organiza-

dos de forma a privilegiar a integração regional e fortalecer soluções multimodais de transporte.

Em São Paulo, visou-se a maior conexão com os estados vizinhos e os países do Mercosul, além da melhoria do fluxo de transporte local. No mapa, os principais projetos de transportes no estado e seus impactos para a economia estadual. ■

Ferronorte

A construção de uma ponte rodoviária, com 2,4 km de extensão, sobre o rio Paraná, permitiu a ligação dos 410 km da Ferronorte com os 900 km da malha Ferroban. A produção de grãos do Centro-Oeste passa a ser escoada por trilhos até o Porto de Santos, com um custo 30% menor.

SUELITAKEJAME/CESP



Conclusão da Hidrovia Tietê-Paraná

A eclusa de Jupia, no rio Paraná, concluída em 1999, possibilitou o transporte hidroviário, sem interrupção, desde as proximidades da Grande São Paulo até o oeste paranaense, num trajeto de 1,4 mil km de extensão.

Melhorias no Aeroporto de Campinas

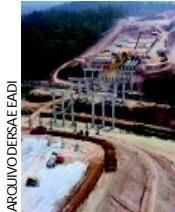
Ampliação do Pátio de Aeronaves, obras de infra-estrutura nas áreas de apoio e decarregue e também do sistema viário no Aeroporto Internacional de Viracopos.

Melhorias na BR-476

A construção da ponte sobre o rio Ribeira permite mais uma ligação rodoviária entre paulistas e paranaenses e estimula o desenvolvimento de uma das regiões mais pobres dos dois estados: o Vale do Ribeira.



Rodoanel Mário Covas



ARQUIVODERSAEIADI

A obra completa terá 161 km de extensão e ligará 10 rodovias com acesso à Região Metropolitana de São Paulo. Retirárá 30% dos veículos e 42% do volume de cargas que circula pelas vias marginais da capital. Com o melhor fluxo dos veículos, proporcionará a economia de 1,5 bilhão de litros de combustível ao ano. Mas a repercussão mais importante é para os setores econômicos que dependem do transporte rodoviário, pois os produtos chegarão mais rapidamente aos seus destinos.

Rodovia do Mercosul



ARQUIVOMIT

O Rodoanel Mário Covas, a duplicação da BR-381, rodovia que liga São Paulo a Minas Gerais, e das rodovias BR-101 e BR-116, que ligam São Paulo ao Sul do País, chegando a Osório, no Rio Grande do Sul, permitem a formação de um importante corredor rodoviário, que facilitará a integração do País com seus vizinhos Argentina e Uruguai. Este conjunto de rodovias, que já é denominado de Rodovia do Mercosul, ajudará a impulsionar a economia, ao facilitar o escoamento de produtos agropecuários e industrializados.



Duplicação da BR-381 – Fernão Dias

A modernização e o aumento da capacidade dos 563 km da rodovia que liga São Paulo a Minas Gerais deverão estar concluídos em 2002. A taxa de acidentes caiu 55% e o tempo de viagem foi reduzido em 20%. Resultado: implantação e expansão de 400 empresas no entorno da rodovia.

Ampliação do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro

Aumento do desembarque dos terminais de passageiros 1 e 2, do embarque remoto e do embarque mezanino, além de serviços de infra-estruturano Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, em Guarulhos.

Modernização do Porto de Santos

Desde 1996, o Porto de Santos tem passado por profundas reformas estruturais, resultando em redução dos custos operacionais. Investimentos conjuntos dos governos federal e estadual e da iniciativa privada garantiram, por exemplo, a modernização e a ampliação do Terminal de Contêineres.

Duplicação da BR-116 – Régis Bittencourt

Duplicação de 177 km e restauração de outros 296 km (já em pista dupla) do trecho paulista da rodovia que liga São Paulo e Curitiba, com 93% das obras já concluídas.

A capacidade de geração elétrica paulista cresceu 3 mil MW nos últimos anos

A capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil saltou de 57,4 mil MW, em 1994, para 74,9 mil MW em 2001. Em São Paulo, onde é gerada 25,5% da energia do País, a parceria entre os governos federal e estadual e a iniciativa privada possibilitou a entrada no mercado de novos 3 mil MW.

Além disso, as linhas de transmissão no estado estão ganhando dois mil km em sua extensão.

A implantação do gasoduto Bolívia-Brasil permitirá ainda uma importante mudança na matriz energética. Só em São Paulo, a previsão é de construção de 27 termelétricas, somando novos 8 mil MW de energia segura ao parque elétrico paulista. ■

Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta



SUELI TAKEJAM/CESP

A usina, localizada no rio Paraná, municípios de Teodoro Sampaio e Bataiporã (MS), tem uma potência total prevista de 1980 MW. Suas três primeiras turbinas entraram em operação em março de 1999. Desde 2001, doze geradores estão em atividade, com 1320 MW de potência instalada.

Linha de Transmissão Taquarussu (MS) – Assis – Sumaré



ARQUIVOMME

Construção e operação de um trecho de 505 km, em tensão de 440 kV, interligando a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) às cidades de Assis e Sumaré, visando abastecer São Paulo e Rio de Janeiro.

Hidrelétrica Ourinhos

Localizada no rio Paranapanema, entre os municípios de Ourinhos e Jacarezinho (PR), a usina agregará, quando entrar em operação no final de 2003, 44 MW à capacidade de geração elétrica paulista.

Hidrelétrica Piraju

A autoprodução de energia pelos consumidores industriais também tem sido incentivada. A usina com capacidade instalada de 80 MW, no Rio Paranapanema, município de Piraju, produzirá para autoconsumo, podendo os excedentes serem vendidos para o serviço público de energia elétrica.





Gasoduto Bolívia-Brasil

Com 3.157 km, dos quais 2,6 mil km em território brasileiro, seu traçado vem desde a Bolívia até Guararema. De Campinas deriva em direção à região Sul. Sua capacidade é de transportar 30 milhões de m³/dia de gás natural das reservas bolivianas de Santa Cruz até os centros de consumo nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Com isso, amplia-se a participação do gás natural na matriz energética do País.

O novo modelo

Na nova configuração do setor elétrico brasileiro, os investimentos em geração são realizados mediante concessão ou autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A concessão ocorre no caso de hidrelétricas com potência igual ou superior a 30 MW e a autorização para as termelétricas e pequenas hidrelétricas (PCHs). As concessões são sempre objeto de licitação pública. Em qualquer caso, o empreendedor pode ser empresa privada, empresa pública, ou consórcio.



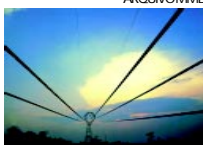
Termelétrica Nova Piratininga

Usina autorizada para São Paulo, com gás natural, potência de 400 MW em 2002 e mais 200 MW no ano de 2003.



Redução de consumo

Além dos esforços para o aumento da capacidade de geração de energia, o Governo Federal também desenvolve ações para reduzir desperdícios. O Programa de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) trabalha para que os 492 municípios paulistas conveniados reduzam suas demandas na área pública em 75 mil kW, com a troca de 445 mil lâmpadas.



Linha de Transmissão Itaipu – Tijuco Preto

Em operação desde maio de 2001, a linha de 750 kV possui 910 km de extensão. É o terceiro circuito de ligação entre a hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR), e o território paulista.

Ações Federais 1995-2002

Esta publicação faz parte de uma série que apresenta ações federais nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal desde 1995.*

O Brasil sofreu grandes transformações nos últimos anos. A economia tornou-se mais sólida. A inflação galopante, coisa do passado. A infra-estrutura, mais eficiente. O parque industrial e os serviços foram reestruturados, adaptando-se às exigências da competição e da modernidade.

Houve também grandes avanços na área social, principalmente em educação, saúde e na proteção aos excluídos. Ainda persistem sérias injustiças e desigualdades sociais, mas elas vêm sendo enfrentadas.

O processo de reformas deve continuar, ampliando os resultados conquistados e aperfeiçoando a gestão pública, com ênfase na transparência e visibilidade da alocação e aplicação de recursos públicos. Este é o escopo desta publicação, que divulga de forma regionalizada as principais ações do governo, de modo a facilitar e estimular o controle social.

**A série completa pode ser consultada na Internet: www.abrasil.gov.br/estados*

Federação na bandeira

A bandeira brasileira tem 27 estrelas, uma para cada Unidade da Federação. Na capa desta publicação destacamos Acrux, a estrela Alfa da Constelação do Cruzeiro do Sul, que representa o estado de São Paulo.